

PORTARIA Nº 234/2025

A REITORA DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Resolução nº 06 de 26 de março de 2021, que estabelece a Política de Segurança da Informação da UFSA;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar o uso do serviço de telefonia móvel como ferramenta de trabalho institucional;

RESOLVE:

Art. 1º Dispor sobre o uso do serviço de telefonia móvel institucional no âmbito da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSA.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Fica instituída as regras para a solicitação, uso, responsabilização, devolução e encerramento do serviço de telefonia móvel institucional da UFSA.

Art. 3º Os recursos de telefonia móvel institucional abrangem:

- I. Aparelhos celulares e acessórios fornecidos pela UFSA;
- II. Planos de voz e dados vinculados à linha institucional.

CAPÍTULO II

DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

Art. 4º Para fins desta portaria, aplicam-se as seguintes definições:

- I. Usuário:** servidor autorizado a utilizar o serviço de telefonia móvel;
- II. Solicitante:** dirigente máximo da unidade solicitante;
- III. STI:** Superintendência de Tecnologia da Informação, unidade responsável pela gestão do serviço.

CAPÍTULO III

DO PÚBLICO ALVO

Art. 5º O serviço de telefonia móvel institucional poderá ser concedido aos seguintes perfis de usuários, de acordo com suas atribuições e a necessidade de comunicação institucional em mobilidade:

- **Perfil 1 - Alta Gestão:**

- I.** Reitora;
- II.** Vice-Reitor;
- III.** Pró-Reitores;
- IV.** Chefe de Gabinete;
- V.** Superintendência;
- VI.** Assessorias vinculadas ao Gabinete da Reitoria.

- **Perfil 2 - Direções e Coordenações:**

- I.** Decanos;
- II.** Coordenadores de áreas estratégicas com atribuições externas ou que exigem disponibilidade constante de contato institucional

- **Perfil 3 - Direções e Coordenações:**
 - I. Secretarias de unidades acadêmicas ou administrativas;
 - II. Setores com atribuições institucionais que demandem comunicação externa contínua;
 - III. Hospitais e Clínicas-Escola;
 - IV. Portarias e unidades de apoio com necessidade operacional.

§1º A concessão do serviço para os perfis acima deverá observar os critérios de economicidade, disponibilidade orçamentária e interesse público, sendo formalizada mediante solicitação e assinatura do Termo de Responsabilidade.

§2º Para demais usuários não contemplados nos perfis descritos neste artigo, a concessão do serviço de telefonia móvel institucional ficará condicionada à apresentação de justificativa funcional detalhada e à aprovação expressa do Gabinete da Reitoria.

CAPÍTULO IV

DOS PLANOS DE TELEFONIA MÓVEL E CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO

Art. 6º Os serviços de telefonia móvel institucional da UFSB são fornecidos conforme planos contratados por meio do Processo Administrativo nº 23746.000402/2024-71, conforme especificado na Ata de Registro de Preços nº 02/2025. Os pacotes atualmente disponíveis são:

I. Pacote de Serviços Tipo I:

- Ligações locais e de longa distância nacional ilimitadas;
- Envio de até 2.000 SMS/mês;
- Roaming nacional ilimitado;
- Acesso à caixa postal ilimitado;
- Uso ilimitado do WhatsApp;
- Franquia de dados mínima de 20GB;
- SIMCARD de triplo corte;
- Gerenciamento de dispositivos móveis (MDM);

- Smartphone Samsung Galaxy A35 5G 256GB em comodato.

I. Pacotes de Serviços Tipo II:

- Mesmos serviços do Tipo I;
- Com franquia de dados de 30GB.

II. Pacotes de Serviços Tipo III:

- Mesmos serviços do Tipo I;
- Com franquia de dados de 50GB;
- Smartphone iPhone 15 256GB em comodato.

III. Roaming Internacional:

- Serviço opcional para viagens oficiais ao exterior;
- Franquia mínima de 500MB de dados móveis.

§1º A solicitação de roaming internacional deverá ser feita por meio de chamado no Helpdesk, com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência, contendo:

- I. Nome do usuário;
- II. País de destino;
- III. Data de início e término da viagem.

Art. 7º A distribuição dos pacotes de telefonia obedecerá à seguinte correspondência entre perfis institucionais e planos contratados:

- I. **Perfil 1:** Pacote Tipo III (iPhone 15 – 50GB);
- II. **Perfil 2:** Pacote Tipo II (Samsung – 30GB);
- III. **Perfil 3:** Pacote Tipo I (Samsung – 20GB).

Parágrafo único. A alocação do iPhone 15 aos usuários do Perfil 1 é justificada pelas seguintes razões:

- I. O sistema operacional iOS adota arquitetura fechada e atualizações centralizadas, oferecendo maior proteção contra vulnerabilidades;
- II. Recursos nativos de segurança como criptografia ponta a ponta, proteção contra rastreamento e detecção de phishing reforçam a confidencialidade dos dados;
- III. Os usuários do Perfil 1 lidam com informações estratégicas e sensíveis, justificando a adoção de dispositivos com alta confiabilidade, durabilidade, desempenho e suporte técnico especializado.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO DE SOLICITAÇÃO

Art. 8º O serviço deverá ser solicitado mediante memorando para a STI, contendo:

- I. Nome completo do usuário;
- II. Cargo e setor de lotação;
- III. Justificativa funcional para uso.

Art. 9º A solicitação do serviço deverá ser encaminhada à STI pela autoridade máxima da unidade, contendo os dados do usuário (nome completo, cargo, setor) e a justificativa funcional.

Art. 10 A STI analisará a solicitação e, caso esta se encaixe nos perfis listados nesta portaria, e havendo disponibilidade de aparelho e recurso orçamentário, o equipamento será entregue ao usuário mediante assinatura de Termo de Responsabilidade no SIPAC.

CAPÍTULO VI

DAS REGRAS DE USO

Art. 11 O uso do serviço de telefonia móvel institucional deve atender aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência, economicidade e interesse público.

Art. 12 O usuário é responsável pela guarda, conservação e uso adequado do equipamento e

dos serviços a ele vinculados.

Art. 13 É vedada a utilização do serviço de telefonia móvel institucional para:

- I. Atividades de cunho pessoal, político, religioso ou comercial;
- II. Acesso, armazenamento ou divulgação de conteúdos ilegais e ofensivos.
- III. Compartilhamento de senhas, tentativa de violação de sistemas, redes ou dados institucionais;
- IV. Qualquer uso que contrarie as normativas internas da UFSA ou a legislação vigente;
- V. Tratamento de dados pessoais em desacordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), especialmente no que se refere à coleta, armazenamento, compartilhamento e descarte de informações sensíveis;
- VI. Ações que violem a Política de Segurança da Informação da UFSA, incluindo práticas que comprometam a integridade, confidencialidade ou disponibilidade de sistemas e dados institucionais.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES E RESPONSABILIDADES

Art. 14 O descumprimento das regras previstas nesta portaria poderá acarretar:

- I. Suspensão ou revogação imediata do serviço de telefonia móvel institucional;
- II. Responsabilização administrativa, conforme o caso;
- III. Obrigação de ressarcimento à UFSA em caso de uso indevido ou danos ao equipamento por mau uso.

Art. 15 Em caso de perda, roubo ou extravio do aparelho, o usuário deverá:

- I. Registrar Boletim de Ocorrência em até 48 horas e encaminhá-lo à STI;
- II. Solicitar, se necessário, a reposição de chip ou aparelho, condicionada à disponibilidade e análise da STI;
- I. Ressarcir o valor do equipamento, nos casos em que houver responsabilidade do

usuário.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 Os casos omissos nesta portaria serão analisados e resolvidos pela Superintendência de Tecnologia da Informação, em articulação com o Gabinete da Reitoria, quando necessário.

Art. 17 Esta portaria poderá ser atualizada conforme as necessidades institucionais e alterações contratuais relacionadas aos serviços de telefonia.

Art. 18 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Oficial da UFSA, revogando-se disposições em contrário.

Itabuna, 12 de junho de 2025

JOANA ANGÉLICA GUIMARÃES DA LUZ
REITORA